



O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Uma visão psicopedagógica

Cassiane Knebel 1

RESUMO: Este trabalho teve a preocupação de relatar pontos importantes e condizentes no que se refere ao lúdico na educação infantil: uma visão psicopedagógica. O psicopedagogo tem como uma de suas funções, auxiliar o pedagogo na elaboração de planos de ensino, métodos pedagógicos e projetos na área de pesquisa visando promover a qualidade, a valorização e a democratização do ensino. Com a atividade lúdica na educação infantil, é possível facilitar o processo de sondagem na intervenção psicopedagógica. É no brincar que a criança expressa seus sentimentos e conflitos, buscando alternativas para melhor lidar com emoções. Diante do exposto decorre a importância de analisar a forma lúdica na educação infantil. O presente estudo estabelece a seguinte questão problematizadora: Como a forma lúdica pode auxiliar na atuação do psicopedagogo na educação infantil? O trabalho justifica-se incorporando o lúdico como um grande fator para a construção de conhecimento das crianças durante toda infância, e com isso desenvolvendo através de atividades a imaginação, espontaneidade, criatividade, sistema de representação de escrita/leitura. Dessa maneira, o trabalho está formatado numa pesquisa bibliográfica, a fim de melhor entender esse tema que possui vasta importância nos dias de hoje.

Palavras chaves: Lúdico. Educação Infantil. Psicopedagogia.

1 INTRODUÇÃO

Desde o momento em que nascemos já iniciamos nosso processo de ensino-aprendizagem, construindo relações no mundo que se está inserido. A aprendizagem ocorre através de vários fatores, seja intelectual, psicomotor, físico, social e emocional.

Nessa transformação, ocorre a construção de si próprio, gerando uma gama de saberes, que será interagido com o meio social. Esse conhecimento vai se formando dentro das instituições, e se faz necessário inserir a psicopedagogia para avaliar como ocorrem as relações interpessoais neste ambiente educativo. Com papel primordial, vai analisar fatores que intervêm ou prejudicam a aprendizagem dos alunos na instituição escolar.



No Brasil, a formação psicopedagógica ocorre desde a década de 70, em caráter regular e oficial, em diversas universidades de renome. Regulamentada pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) em cursos de pós-graduação e especialização, com uma carga horária mínima de 360 horas.

O psicopedagogo através de atividades lúdicas intervém nas dificuldades e transtornos de aprendizagem. Sendo assim, é possível trabalhar os processos afetivo, social e cognitivo, desenvolvendo a criatividade na criança que sofre desse distúrbio. Para tanto, é preciso selecionar atividades condizentes com a dificuldade encontrada da criança, não lhe proporcionando atividades acima de seu nível de aprendizagem.

Bassedas afirma (1996, pg.40) que a finalidade básica do psicopedagogo:

Consiste em ajudar e promover mudanças [...] como também melhorar as condições, os recursos e o ensino, realizando a tarefa preventiva que leve a uma diminuição dos problemas que enfrentamos, tanto na escola como nós mesmos.

Através do lúdico, o psicopedagogo pode trabalhar a capacidade de socialização, tudo através da interação e experiências de regras (jogos) perante o grupo que está inserida.

Dessa forma, cabe ao psicopedagogo avaliar o aluno e também identificar os possíveis problemas de sua aprendizagem, com isso conhecendo melhor seus potenciais e suas dificuldades, através de relatórios, e quando necessário encaminhando para outros profissionais (psicólogos, fonoaudiólogo) especializados em exames complementares que irão favorecer o desenvolvimento do aluno no processo ensino aprendizagem.

Diante do exposto decorre a importância de analisar a forma lúdica na educação infantil. O presente estudo estabelece a seguinte questão problematizadora: Como a forma lúdica pode auxiliar na atuação do psicopedagogo na educação infantil?

O trabalho justifica-se incorporando o lúdico como um grande fator para a construção de conhecimento das crianças durante toda infância, e com isso desenvolvendo através de atividades a imaginação, espontaneidade, criatividade, sistema de representação de escrita/leitura. Com isso é preciso que o lúdico seja diversificado diariamente nas escolas, sendo esta uma proposta para o trabalho psicopedagógico. Cabe ressaltar que se existissem nas escolas psicopedagogos trabalhando em prol destes alunos com dificuldades de aprendizagem, o número de crianças certamente seria bem menor. Dessa maneira, o trabalho está formatado numa pesquisa bibliográfica, a fim de melhor entender esse tema que possui vasta importância nos dias de hoje.



Assim, o psicopedagogo não fica somente com a contribuição do desenvolvimento da criança, sanando sua dificuldade de aprendizagem, mas contribuindo para uma evolução onde lhe proporcionará melhores condições de vida, com um mundo mais amplo de significados.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL

Falar de criança, de seus desejos, suas necessidades, suas aprendizagens e seu espaço na sociedade bem como na escola é fundamental para repensar as práticas pedagógicas usadas na educação infantil, levando em conta o enfoque da aprendizagem pelo viés do lúdico numa visão psicopedagógica, o que significa dizer que a educação infantil precisa ser levada a sério.

Entender como foi a trajetória da educação infantil no Brasil é importante para visualizar as diretrizes que norteiam a educação para esta faixa etária hoje.

De acordo com Kishimoto (2003, p.225) a criança de zero a seis anos foi objeto de atenção nesses quinhentos anos, sobretudo por inspiração da Igreja, no início do processo de colonização. Predominou a assistência social à infância neste período.

No Brasil, a educação infantil começa a ser percebida por volta de 1875, com a instalação de jardins de infância, asilos infantis e orfanatos. Pesquisadores como Froebel, Piaget e Vygotski voltaram seus estudos para este tema visando uma aprendizagem de mais qualidade.

Didonet (1991) aponta que é somente no século XIX, que começam a surgir às creches, casas de infância, escolas, maternais e jardins de infância. Todas de caráter assistencialista, fruto de uma crescente globalização e de mudanças da vida urbana na sociedade da época.

Com a Constituição Federal de 1988, as instituições de educação infantil passam a ter o caráter educacional, passando a ser direito da criança e dever do estado, cabendo a este manter e dar a educação infantil uma constante integração e valorização com o cuidar, o educar e o brincar, elementos fundamentais no processo de ensino e aprendizagem infantil.

A Constituição Federal de 1988 reconhece o dever do Estado e o direito da criança de ser atendida em creches e pré-escolas e vincula esse atendimento à área educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº. 9394 de (LDB, 1996, p. 227) complementa a ação trazendo a educação infantil para Educação Básica.



A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) regulamenta a Educação Infantil, definindo-a como primeira etapa da Educação Básica e indicando como sua finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB n. 1, de 07/04/1999), de caráter mandatório, devem ser observadas na elaboração das propostas pedagógicas de cada estabelecimento. Estas Diretrizes foram recentemente revogadas pela Resolução CNE/CBE n. 5, de 17 de dezembro (BRASIL, 2009), que institui novas diretrizes para esta etapa da Educação Básica.

Oliveira (2005, p.170) enfatiza que as escolas de educação infantil necessitam de uma organização pedagógica que vise às experiências infantis, as especificidades e diversidades, que valorize e invista em uma docência de qualidade e eficaz, o que requer estruturas curriculares abertas e flexíveis. Outro fator importante é a participação da família que também é importante nesse processo uma vez que a educação é uma continuidade da extensão família e escola.

Necessitamos de uma educação infantil que respeite os direitos da criança em um espaço adequado, rico em estímulos, agradáveis aos olhos infantis num tempo bem planejado capaz de satisfazer suas necessidades em busca da construção de novos saberes e da descoberta do mundo a sua volta (MORENO, 2007, p.55).

A educação infantil, com caráter educativo, sem assistencialismo, continuidade da educação familiar, necessita de educadores preparados para esta etapa da educação.

Nicolau (1997, p.45) pontua que é necessária uma atuação pedagógica de qualidade, podendo caracterizar um ensino organizado e pedagógico. Reconhecer o papel da pré-escola significa compreender que ela tem a função de contribuir com a escola, valorizar os conhecimentos que as crianças possuem e garantir a aquisição a novos conhecimentos.

Diante disso, a função do educador não é apenas transmitir os conteúdos, mas dar oportunidade para a criança pensar, questionar e levantar hipóteses, ou seja, criar condições para sua autodescoberta. É através dessa prática investigativa, participativa e dialógica que a criança desenvolve competências e habilidades.

Para Angotti (2006, p.18) a educação infantil será norteadada, então por um caráter educacional que promova o desenvolvimento integral da criança em suas diferentes e complementares perspectivas.



De acordo com o Referencial Curricular, a criança é um ser social e histórico e que está em processo de formação. E por isto é preciso tomar como meta alguns objetivos gerais, de modo a articular o processo educativo e as necessidades das crianças, intenções educativas que estabelecem capacidades que às crianças poderão desenvolver como consequência de ações intencionais do professor, o que auxilia na seleção de conteúdos e os meios didáticos a serem utilizados (BRASIL, 1998. p.47).

Para Moreno (2007, p.57) o trabalho pedagógico na educação infantil deve respeitar a criança quanto aos seus direitos e especificidades, isto é, sua essência lúdica, sua constante curiosidade, seu desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social, sua dependência e ou necessidade de ajuda no cuidado com seu corpo, com sua alimentação, seus pertences etc.

É fundamental que os profissionais que atuam na educação infantil sejam habilitados, que incluam em suas práticas técnicas que valorizem o lúdico e proporcionem jogos, danças, brincadeiras e desenhos capazes de instruir no sentido de dar condições de o educando desenvolver noções de regras, espaço e tempo, além do fato de divertir e instigar a imaginação e a criatividade, aumentando as possibilidades de interação com o outro e com o mundo.

Segundo Lisboa (1998, p.15), a escola dos pequeninos tem de ser um ambiente livre, onde o princípio pedagógico deve ser o respeito à liberdade e à criatividade das crianças.

Neste sentido, a ação pedagógica voltada para a educação infantil deve levar em conta o ato de cuidar e educar. Estas ações indicam uma aproximação entre dimensões educacionais e sociais e propõe métodos que possam possibilitar a aprendizagem de maneira lúdica, que é o brincar na infância, uma vez que a criança pequena aprende, se integra e se socializa com todos aqueles que estão ao seu redor por meio da brincadeira.

Cipriano (2004, p.34) enfatiza a criança que brinca e o poeta que faz um poema. Estão ambos na mesma idade mágica. A brincadeira dá à criança a oportunidade de criar e recriar, se transformando em objetivos de maior relevância na educação infantil.

Como diz Piaget (1997), cada vez que tentamos ensinar algo a uma criança estamos impedindo que ela descubra por conta própria e, conseqüentemente, que compreenda efetivamente. É necessário aceitar que, desde seus primeiros anos escolares, a criança deve ser exposta à descoberta através de atividades lúdicas que proporciona seu desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo possibilitando um ambiente escolar estimulante e afetivo.



É pelo brincar que a criança aprende expressar ideias, gestos, emoções, a tomar decisões, a interagir e viver entre pares, a conhecer e integrar-se no seu ambiente próximo a elaborar imagens culturais e sociais de seu tempo e, em decorrência, desenvolver-se como ser humano dotado de competência simbólica (CIPRIANO, 2004, p.11-20).

3 O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

De uma forma mais simplista, pode-se dizer que o lúdico tem sua origem na palavra latina ludus que quer dizer jogo.

Kishimoto (2003) descreve que no início do século XIX, o jogo surge como inovação pedagógica por meio de Froebel, e passa a fazer parte da Educação Infantil. O autor enfatiza a importância do jogo livre para o desenvolvimento infantil, mas também traz a ideia de jogo como material educativo no auxílio à prática pedagógica do educador.

As atividades lúdicas, quando bem direcionadas em sala de aula, tornam-se uma ferramenta pedagógica que os docentes podem e devem utilizar para desenvolver a aprendizagem de seus alunos, visto que através da ludicidade os alunos poderão aprender de forma mais prazerosa, concreta e, conseqüentemente, mais significativa, culminando em uma educação de qualidade.

O trabalho pedagógico na educação infantil deve ser orientado pelo princípio de procurar proporcionar o desenvolvimento da autonomia, bem como gerar conceitos de cooperação e ajuda mútua. Esta construção não se esgota na infância, mas necessita ser iniciada na educação infantil, por meio de atividades lúdicas e se estender ao longo do processo ensino aprendizagem nas séries iniciais do ensino fundamental.

A criança, quando colocada em contato com a maneira lúdica de aprender, desenvolve sensações e emoções fundamentais para o seu desenvolvimento integral. Brincando, a criança forma sua personalidade e aprende a lidar com situações a que está exposta todos os dias. Assim, pelo fato da brincadeira estar intrinsecamente ligada ao desenvolvimento infantil, também deve estar inserida no contexto escolar com o objetivo de auxiliar o processo de aprendizagem.



Corroborando, Antunes (2005, p.33) diz que as implicações da necessidade lúdica extrapolaram as demarcações do brincar espontâneo.

A atividade lúdica é a ação expressa por meio do jogo ou do brinquedo. O ato de brincar pode ser conduzido independentemente de tempo, espaço, ou de objetos, fato que na brincadeira a criança cria, recria, inventa e usa sua imaginação, tornando o espaço escolar atrativo fazendo com que a criança deseje frequentar a escola.

Antunes (2005, p.25) retrata que os jogos não são apenas uma forma de entretenimento para gastar a energia das crianças, mas meios que enriquecem o desenvolvimento intelectual.

Para Neves (2009, p.45) a criança e mesmo o jovem opõem uma resistência à escola e ao ensino, porque acima de tudo ela não é lúdica, não costuma ser prazerosa.

É importante então repensar o espaço escolar e as práticas utilizadas em sala, pois manter o aluno em uma escola não atrativa torna-se a cada dia tarefa complicada.

Na visão da família e mesmo dos educadores, a escola representa um lugar sistemático de aprendizado, enquanto consideram o jogo, brinquedo ou brincadeira simplesmente um lazer, ou até mesmo perda de tempo. Como mudar a visão que está impregnada na mente destas pessoas?

É necessário que os profissionais da educação fiquem atentos ao brincar da criança, pois muitas vezes, a preocupação se detém nos resultados do jogo, nas habilidades e competências que a criança deve desenvolver, ou até mesmo com aquilo que se considera importante para o seu desenvolvimento, e não se observa a riqueza do momento, que a criança por si só e na relação com seu par, alcançou ou superou seus limites considerados essenciais para sua aprendizagem.

De acordo com Fortuna (2005) o problema é que, apesar de muitos educadores deixarem seus alunos brincar, a efetiva brincadeira está ausente na maior parte das classes de educação infantil. E o que é pior, à medida que as crianças crescem, menos brinquedos, espaço e horário para brincar existem. Quando aparece, é no pátio, no recreio, no dia do brinquedo, não sendo considerada uma atividade legitimamente escolar.

A escola aboliu a cultura lúdica de seus alunos e que prevaleceu por muito tempo em suas atividades, isto em nome do processo de alfabetizar, que na visão dos profissionais da educação deve ser mais rígido, onde não existe espaço para o brincar.

Para Carneiro (1995, p.66) todas as pessoas têm uma cultura lúdica, que é um conjunto de significações sobre o lúdico.



Kishimoto (2004, p.15) considera que o jogo tradicional faz parte da cultura de um determinado povo, que transmite características próprias por meio das gerações que se sucedem e com isso tornam o jogo tradicional uma manifestação cultural sempre presente no cotidiano das crianças.

Antunes (2005, p.34) retrata que a concepção da cultura lúdica é uma noção historicamente construída ao longo do tempo e, conseqüentemente, foi mudando conforme as sociedades, não se mantendo da mesma forma dentro das sociedades e épocas.

Segundo Silva (2004, p.25), pode-se dizer também que o brinquedo é uma produção cultural da criança, no momento da brincadeira, a criança faz de qualquer objeto seu brinquedo, ela o cria e recria de acordo com sua imaginação, com sua brincadeira e contexto.

Antunes (2005, p.56) pontuou que foi na Grécia antiga, que Platão afirmava que os primeiros anos de vida da criança deveriam ser ocupados por jogos. Com o cristianismo, os jogos vão sendo deixados de lado, considerados profanos, sem significação.

Antunes (2005, p.58) expõe que foi a partir do século XVI, que os humanistas começam a valorizar novamente o jogo educativo, percebendo a importância do processo lúdico na formação da criança.

Através da atividade lúdica, a criança formula conceitos, seleciona ideias, estabelece relações lógicas, integra percepções, faz estimativas compatíveis com o crescimento físico e desenvolvimento e, por meio dele vai se socializando com as demais crianças, aprende a respeitar regras e limites, sabendo lidar com as situações de perda ou ganho de forma mais natural possível.

Ribeiro (2002, p.56) enfatiza que o brincar é meio de expressão, é forma de integrar-se ao ambiente que o cerca. Através das atividades lúdicas a criança assimila valores, adquire comportamentos, desenvolve diversas áreas de conhecimento, exercita-se fisicamente e aprimora habilidades motoras. No convívio com outras crianças aprende a dar e receber ordens, a esperar sua vez de brincar, a emprestar e tomar como empréstimo o seu brinquedo, a compartilhar momentos bons e ruins, a fazer amigos, a ter tolerância e respeito, enfim, a criança desenvolve a sociabilidade.

Wayskop (1995) também contribui destacando que com o jogo, as crianças fixam convicções de justiça, solidariedade e liberdade. São resolvidas situações problemáticas, adaptando-se de forma ativa a sociedade em que vivem.



As atividades lúdicas, enquanto ferramenta pedagógica contribuem para que as crianças adquiram experiências significativas que lhes permitem conhecer a si mesmas e aceitar-se, lidar com seus medos, receios, descobrir o mundo, experimentando situações de aventura, ação e exploração, como características natas da infância.

Mas para que todas essas habilidades elencadas acima possam ser desenvolvidas, é necessário abrir espaço na educação infantil para o lúdico, pois preenchido por obrigações e deveres, o tempo e o espaço para a criança brincar e criar estão cada vez menores, impedindo-as de se tornarem autônomas e de fazerem suas descobertas.

É necessário que o educador adote uma nova postura, onde o ato de aprender brincando prevaleça para além do ato instrucional.

O educador pode desempenhar um importante papel no transcorrer das brincadeiras, se consegue discernir os momentos em que deve só observar, em que deve intervir na coordenação da brincadeira, ou em que deve se integrar como participante das mesmas, de forma a tornar-se um eficiente mediador em suas interações com as crianças, oportunizando situações de brincadeiras e aprendizagens (OLIVEIRA, MELLO, VITÓRIA, & FERREIRA, 1992, p.102).

Para Kishimoto (1999) o brincar está presente na escola ora com um significado extremamente diretivo, eliminando a liberdade que faz parte do processo lúdico, ora de uma forma aleatória, improvisada, sem a preocupação dos educadores, no sentido de compreender que nesse brincar há necessidade de objetos, de parcerias e de conteúdos, o que leva a uma atividade descomprometida do desenvolvimento da criança e, portanto, da sua aprendizagem.

Estas situações de brincadeiras e aprendizagens estimulam a vivência, a aquisição de novas competências, saberes e habilidades (WAJSKOP, 1999, p.13).

Wajskop (1999, p.31) afirma que a garantia do espaço do brincar na pré-escola ou creches, é a garantia de uma possibilidade de educação da criança numa perspectiva criadora, voluntária e consciente.

Soler (2003) enfatiza que não se pode mais conceber que uma pessoa que passa pela escola saia sem entrar em contato com valores humanos essenciais, e que depois, fora da escola, comete atos grotescos, pois, a escola deve ensinar para além da Matemática, Língua Portuguesa, Educação Física, enfim, deve ensinar a pessoa a ser feliz e fazer as outras pessoas felizes.

E a criança de hoje, adulto de amanhã, só será feliz quando aceitar-se da forma que é, quando souber expressar seus sentimentos para o mundo em que vive.



Desta forma, Gomes (2004, p.47) destaca que a ludicidade é uma dimensão da linguagem humana, que possibilita a expressão do sujeito criador que se torna capaz de dar significado à sua existência, ressignificar e transformar o mundo. Dessa forma, a ludicidade é uma possibilidade e uma capacidade de se brincar com a realidade, ressignificando o mundo.

Atividade completa, mais divertida, com características que contribuem para a aprendizagem significativa das crianças, a ludicidade é a melhor forma de evitar a evasão escolar e a repetência, basta que seja assumida como prática pedagógica nas escolas.

4 A PSICOPEDAGOGIA, O BRINCAR E A INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

De acordo com Bossa (2000, p.2) a psicopedagogia estuda o processo de aprendizagem e suas dificuldades, numa ação profissional deve englobar vários campos de conhecimento, integrando-os e sintetizando-os.

A psicopedagogia surge na busca pela compreensão integradora do processo ensino aprendizagem, recorrendo ao conhecimento de várias áreas tendo como foco de estudo e análise o fato educativo e suas articulações.

A Psicopedagogia desempenha um papel fundamental para o sistema de ensino, colaborando na relação professor e aluno e no processo ensino-aprendizagem. Tem como uma de suas funções auxiliar os pedagogos na elaboração de planos de ensino, métodos pedagógicos e projetos na área de pesquisa visando promover a qualidade, a valorização e a democratização do ensino.

A psicopedagogia oferece uma alternativa relacionada às atividades lúdicas como condutoras do desenvolvimento mental, cognitivo e social, onde, por meio da brincadeira a criança consegue desenvolver habilidades que facilitarão o processo de aprendizagem, diferente de um simples jogar para competir. A brincadeira se tornou algo considerável para as crianças.

A atividade lúdica é completa, porém, para muitos educadores, a instrumentalização didática e pedagógica de jogos, danças, brincadeiras e desenhos não são reconhecidos como atividades que provoquem situações de aprendizagem significativa. Por tal compreensão é relegada a um plano inferior, enfatizando somente o ato meramente de instruir.



O brincar procura facilitar a expressão da criança durante o processo de sondagem na intervenção psicopedagógica, pois é através do brincar que a criança tem maior possibilidade de expressar seus sentimentos e conflitos e buscar melhores alternativas para lidar com suas emoções e conseqüentemente, saber resolver problemas e melhorar o processo de aprendizagem.

É pena que na escola fundamental e, às vezes, até na escola de educação infantil não damos tanto valor para os esquemas lúdicos das crianças. Rapidamente lhe impomos aquilo que constitui nossa principal ferramenta de conhecimento e domínio do mundo: os conceitos científicos, a linguagem das convenções e os signos arbitrários, com seus poderes de generalidades e abstração (MACEDO, PETTY & PASSOS, 2005, p.20).

A psicopedagogia busca a melhoria das relações com a aprendizagem, assim como a melhor qualidade na construção da própria aprendizagem de alunos e educadores (BOSSA, 1995, p.10).

De acordo com Scoz (2014), esta nova visão oferecida pela psicopedagogia vem ganhando espaço nos meios educacionais brasileiros e despertando cada vez mais, o interesse dos profissionais que atuam nas escolas. Embora a psicopedagogia tenha nascido com o objetivo de promover uma reeducação das crianças com problemas de aprendizagem, hoje ela se preocupa principalmente com a prevenção do fracasso escolar.

A psicopedagogia pode cooperar com o trabalho realizado na educação infantil, principalmente na prevenção de futuros problemas de aprendizagem, oferecendo meios para que seja melhor trabalhado o desenvolvimento infantil, podendo assim apontar direções para o planejamento de atividades a serem realizadas com as crianças, assim como sinalizar eventuais dificuldades que as crianças dessa faixa etária podem apresentar, e com isso estará contribuindo para a constituição do processo da organização psíquica.

Bossa (2000, p.13) enfatiza que o objeto de estudo da Psicopedagogia deve ser entendido a partir de dois enfoques: preventivo e terapêutico. O enfoque preventivo considera o objeto de estudo da Psicopedagogia o ser humano em desenvolvimento, enquanto educável. Seu objeto de estudo é a pessoa a ser educada, seus processos de desenvolvimento e as alterações de tais processos. Focaliza as possibilidades do aprender, num sentido amplo. Não deve se restringir a uma só agência como a escola, mas ir também a família e à comunidade. Poderá esclarecer, de forma mais ou menos sistemática, a professora, pais e administradores sobre as características das diferentes etapas do desenvolvimento, sobre o progresso nos processos de aprendizagem, sobre



as condições psicodinâmicas da aprendizagem, sobre as condições determinantes de dificuldades de aprendizagem. O enfoque terapêutico considera o objeto de estudo da psicopedagogia a identificação, análise, elaboração de uma metodologia de diagnóstico e tratamento da dificuldades de aprendizagem.

Atualmente a Psicopedagogia trabalha com uma concepção de aprendizagem segundo a qual participa desse processo um equipamento biológico com disposições afetivas e intelectuais que interferem na forma de relação com o meio, sendo que essas disposições influenciam e são influenciadas pelas condições socioculturais do sujeito e do seu meio (BOSSA, 1995, p.12).

Para promover a aprendizagem significativa dos alunos é conveniente utilizar jogos, danças, brincadeiras e desenhos. O docente, utilizando-se destas estratégias, desenvolverá em seus alunos atitudes de motivação, de estreitamento das relações interpessoais, promovendo a compreensão das normas de convivência, desenvolvendo a criatividade e a eficiência.

E para o professor os benefícios são de construir métodos de ensino preventivos às dificuldades de aprendizagem. Os professores da educação infantil que não possuem um olhar psicopedagógico sobre a compreensão do desenvolvimento e da aprendizagem de seus alunos, no que se refere às relações entre afetividade e cognição, apresentam maiores dificuldades na organização de uma proposta de intervenção pedagógica, que contribua para a prevenção das dificuldades de aprendizagem. Portanto, os estudos psicopedagógicos revelam também que a interação que a criança construiu com o ambiente familiar e sócio-cultural são de grande valia para o professor formular a sua proposta pedagógica, pois, nesse sentido, ele poderá contemplar a brincadeira como princípio norteador das atividades didáticas. Assim, o que a criança manifestar por meio da ludicidade, facilitará na percepção das relações que ela mantém com o mundo.

A criança precisa brincar, fazer parte de um ambiente lúdico. Quando ela não está inserida neste espaço de brincadeiras, queima etapas e como consequência surge lacunas em seu desenvolvimento integral que terão como consequências bases instáveis da personalidade. Através do brincar, a criança revela segredos, desfaz temores, explora o desconhecido, pode dar ordem e exigir obediência, enfrentar a morte, escuridão, incêndio, brigas, solidão, tristeza, alegrias.

Desenvolve-se dessa forma a capacidade de assimilação e compreensão, filtrando o cognitivo e o afetivo. O ambiente de brincadeiras é propício para a aprendizagem significativa,



promovendo o desenvolvimento da criança. O brincar está na essência do processo de construção social da personalidade da criança. Pela brincadeira, objetos e movimentos são transformados e as relações sociais em que a criança está imersa são elaboradas, revividas, compreendidas.

O processo ensino aprendizagem pode contar com a contribuição da psicopedagogia, através da viabilização de meios e recursos técnicos para uma nova estratégia do ensino. Sua participação é essencial para o elemento lúdico para a aplicação de uma nova aprendizagem nas escolas, compreendendo o objetivo do brincar, percebendo como ele se manifesta nas diversas faixas etárias, a partir das contribuições teóricas e do ponto de vista conceitual, histórico-cultural e educativo, como recurso de construção da identidade de cada ser humano, de autoconhecimento e como elemento potencializador do trabalho educativo.

O estudo da aprendizagem, sua natureza, suas características e fatores que nela influenciam constitui, portanto, um dos problemas mais importantes para a psicopedagogia na orientação de métodos mais eficazes para a aprendizagem nas escolas, abordando aspectos como apoio didático até a formulação de currículos e propostas pedagógicas. O aprender pode se tornar prazeroso para a criança à medida que está se sinta estimulada através de atividades educativas, proporcionando elemento lúdico na sala de aula.

A educação tem por objetivo principal formar cidadãos críticos e criativos com condições aptas para inventar e ser capazes de construir cada vez mais novos conhecimentos. O processo de ensino aprendizagem está constantemente aprimorando seus métodos de ensino para a melhoria da educação. O lúdico é um desses métodos que está sendo trabalhado na prática pedagógica, contribuindo para o aprendizado do aluno possibilitando ao educador o preparo de aulas dinâmicas fazendo com que o aluno interaja mais em sala de aula, pois cresce a vontade de aprender, seu interesse ao conteúdo aumenta e dessa maneira ele realmente aprende o que foi proposto a ser ensinado, estimulando-o a ser pensador, questionador e não um repetidor de informações.

É preciso que os profissionais de educação infantil tenham acesso ao conhecimento produzido na área da educação infantil e da cultura em geral, para repensarem sua prática, se reconstituírem enquanto cidadãos e atuarem enquanto sujeitos da produção do conhecimento. Em suma, deve-se ressaltar que não seria o caso de os professores da educação infantil exercerem em sala a função do psicopedagogo, mas, como alternativa de trabalho fazer uso de instrumentos



psicopedagógicos, como o lúdico, para melhoria e aperfeiçoamento da sua prática, bem como para facilitar e desenvolver uma proposta pedagógica que além de eficaz seja prazerosa. Que aguce a vontade da criança em conhecer o novo, a avançar, a sonhar e construir novos horizontes por meio da relação que tem com o mundo e com os seres que estão à sua volta (MEC/SEF/COEDI, 1996, p.19).

5 CONCLUSÃO

Muitos são os desafios encontrados pelo psicopedagogo nas instituições de ensino. Com uma formação profissional e pessoal de qualidade, lhe são atribuídos uma identidade própria, que lhe proporciona habilidades, qualidades e competências para uma atuação desejável ao aluno com problemas de aprendizagem.

As escolas estão cada vez mais preocupadas com o desempenho de seus alunos e as possíveis causas do processo ensino-aprendizagem. Diante disso, a psicopedagogia é uma área que busca estudar este fator, e ajuda a trabalhar com o processo de aprendizagem e seus problemas decorrentes.

É de fundamental importância que a criança seja estimulada, desde a educação infantil, que sua criatividade seja respondida às suas curiosidades, através das mais variadas descobertas concretas, e assim elevando sua auto-estima, criando uma segurança maior de si e do outro.

Dessa forma, através de um psicopedagogo atuante na escola, é possível realizar um trabalho junto com os demais profissionais da instituição, visando à descoberta e o desenvolvimento das capacidades da criança, e ao mesmo tempo, poder contribuir para que sejam capazes de olhar o mundo que as cercam de outra maneira, sabendo interpretá-lo e interferindo de acordo com seu nível de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI, Maristela, (Org.). **Para que, e para quem e por quê.** In:_____/ Educação Infantil./ Campinas: Alínea, 2006.

ANTUNES, C. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências:** os jogos e os parâmetros curriculares nacionais. Campinas: Papirus, 2005.



BASSEDAS, Eulália. **Intervenção educativa e diagnóstico psicopedagógico**. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil**. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº. 9493/90. Brasília, DF: MEC, 20 de dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Política de Educação Infantil no Brasil**. Relatório de Avaliação Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB; UNESCO, 2009. 206p.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil**. Parecer CNE/CEB 22/98. Brasília, DF. 17 dez. 1998.

CARNEIRO, M. A. B. **Aprendendo através da brincadeira**. Ande, Revista da Associação Nacional de Educação, ano 13, nº 21, Cortez Editores, 1995.

DIDONET, Vital. **Educação Infantil**. Humanidades, Brasília, n, 43, 1991.

FORTUNA, Tânia Ramos. A reinvenção da infância: **Pátio Educação Infantil**. Porto Alegre: ano II, N6, Dez 2004/Mar 2005.

GOMES, C. L. (org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

KISHIMOTO, Tisuko Morchida. (org.) **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 7ª edição. São Paulo, SP: Cortez, 2003.

KISHIMOTO, Tisuko Morchida. **Jogos Infantis – O jogo, a criança e a educação**. 12ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LDB - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. (1996). Lei nº 9.394//96, de 20/12/96. Brasília, DF: Ministério da Educação.

LISBOA. Antônio Márcio Junqueira. **O seu filho no dia-a-dia: dicas de um pediatra experiente**. Vol. 3. Brasília: Linha Gráfica, 1998.

MACEDO, Lino de; PETTY, Ana Lúcia Sícoli; PASSOS, Norimar Christe. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MORENO, Gilmar Lupion. **Organização do trabalho pedagógico na instituição de educação infantil**. In: PASCHOAL, Jaqueline Delgado (Org.). Trabalho pedagógico na educação infantil. Londrina: Humanidades, 2007.



NICOLAU, Marieta Luca Machado. / A Educação Pré - Escolar e a Formação do Homem. /In: _____./A Educação Pré-Escolar. Fundamentos e Didática. 9.ed. São Paulo: Ática, 1997.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e Métodos.** 2ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA. Z. M., Mello, A. M., Vitória, T., & Ferreira, M. C. R. **Creches: Crianças, faz de conta & cia.** Petrópolis, RJ: Vozes. 1992.

Pires dos. **Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos.** 7ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

RIBEIRO, Paula Simon. Jogos e brinquedos tradicionais. In: SANTOS. Santa Marli

SILVA, R.C. Brinquedo. In: GOMES, C. L. (org) **Dicionário crítico do lazer.** Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004.

SOLER, R. **Jogos cooperativos para a educação infantil.** Rio de Janeiro: Sprint, 2003.

WAJSKOP, G. **Brincar na Pré-Escola.** São Paulo: Cortez, 1995.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na pré-escola.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.